

FRONTEIRA PLATINA (1835-1845): ATUAÇÃO DOS FARROUPILHAS NESTE ESPAÇO

Cristiano Soares Campos*

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é parte dos resultados obtidos em minha Dissertação de Mestrado, que vem sendo desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria (PPGH/UFSM) onde investigo a atuação do charqueador farroupilha Domingos José de Almeida no espaço fronteiriço platino entre 1830-1850. O trabalho é orientado pelo Professor Doutor José Iran Ribeiro e conta com auxílio de bolsa FAPERGS/CAPES.

Neste trabalho demonstraremos como se sucederam as relações dos farroupilhas com o espaço fronteiriço platino durante a República Rio-grandense (1835-1845), demonstrando suas relações políticas e comerciais. Para o desenvolvimento desta pesquisa utilizamos como fontes correspondências trocadas pelos chefes farrapos entre si e com vizinhos platinos. Estas correspondências estão presentes na Coleção Varela².

1. O ESPAÇO FRONTEIRIÇO PLATINO NO SÉCULO XIX: BREVES APONTAMENTOS

A construção dos Estados Nacionais Modernos e a forma que estes foram se instaurando no continente Americano foi o grande marco do século XIX. O continente Americano, sofreu influências de norte a sul dos mais diversos povos e culturas do Mundo neste período devido às diversas colonizações por todo território. As duas principais culturas que influenciaram o continente Americano foram a Espanhola e a Portuguesa, devido ao número de colônias que estes países possuíram na região. As regiões do continente Americano que ficaram sob domínios europeus, em especial de espanhóis e portugueses, foram caracterizadas por localidades com as mais diversas

*Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria (PPGH/UFSM); Bolsista FAPERGS/CAPES; e-mail: cristiano.scampos@hotmail.com

² Em um universo de treze mil correspondências, a Coleção Varela constitui um dos mais ricos conjuntos documentais existentes sobre a Guerra dos Farrapos.

transformações políticas e econômicas, marcadas por conflitos e guerras civis nas disputas por espaços territoriais e de poder.

As disputas de território pelos impérios de Portugal e Espanha tinham dentre seus objetivos a demarcação dos limites em suas colônias além de buscar uma maior influência nestes territórios.

Os grupos dirigentes mostraram especial atenção à definição das fronteiras – internas e externas – com o objetivo de se imporem frente a seus vizinhos e conquistarem hegemonia regional, ao mesmo tempo em que exploravam recursos naturais, que lhes permitiram ampliar suas bases econômicas.³

Dessa forma, entendemos este espaço fronteiriço no século XIX, com um território de integração, como nas palavras de Souza⁴ “nessa fronteira não existia ainda a percepção do “eu” e do “outro”.

A fronteira era a grande comunidade do “nós” e de Ana Frega⁵ que ao analisar a construção do Estado Oriental, na década de 1820 destaca que a fronteira (linha) que separa o Rio Grande do Sul (Brasil) dos demais Países vizinhos (Uruguai e Argentina) não pode ser compreendido da mesma forma quando analisamos esse espaço durante o século XIX. Para a autora, a fronteira não era, no século XIX, somente uma zona de separação – no sentido atribuído pelas Coroas ibéricas na tentativa de controle sobre o Rio da Prata mas, um espaço de trânsito, de comércio, e de intercâmbio que expressava uma grande diversidade sociocultural.

Seguindo esta perspectiva de um espaço de integração fronteiriça, Enrique Padrós⁶, nos diz que, com ou sem o respaldo institucional, as comunidades internacionais se relacionam, e, nesse sentido, é possível afirmar que inexistem “fronteiras-barreiras” onde houver um mínimo de população estabelecida. Assim, o cotidiano fronteiriço promove natural e obrigatoriamente a integração das comunidades de um lado e de outro.

A fronteira no século XIX ao qual desenvolvemos nossos estudos transcende o que hoje conhecemos como limites políticos, no caso dos farroupilhas a fronteira

³ S. LOPES, Aparecida de; ORTELLI, Sara. *Fronteiras americanas: entre interações e conflitos, séculos XVIII-XX*. Estudos de História, Franca, v. 13, n. 2, p. 13, 2006, p.22.

⁴ SOUZA, Susana Bleil. A fronteira do sul: trocas e núcleos urbanos: uma aproximação histórica. In: *Fronteiras no MERCOSUL*. Porto Alegre: UFRGS, 1994, p. 81.

⁵ FREGA, Ana (Org.). *Historia Regional y Independencia del Uruguay: Proceso históricos y revisión crítica de sus relatos*. Uruguay: Ed. Banda Oriental. 2009.

⁶ PADRÓS, Enrique Serra. *Fronteira e integração fronteiriça: elementos para uma abordagem conceitual*. Humanas, Porto Alegre, v. 17, n. 1/2, p. 68-70, jan./dez. 1994.

presente no século XIX pode ser caracterizada que se estendia até onde iam seus interesses econômicos, o comércio e suas influências, não se restringindo a limites políticos. Essa fronteira vai mostrar uma integração mais acentuada entre rio-grandenses e uruguaios ou argentinos devido à questão comercial e política – sendo esta uma justificativa da escolha de analisarmos a vida de um comerciante neste contexto -, pois muitos rio-grandenses tinham terras e bens na Banda Oriental.

Entendemos que o conceito de Fronteira tem recebido atenção especial na historiografia nos últimos anos. Atualmente o conceito de fronteira vem de encontro com a ideia de entender esta como um espaço socialmente construído, com características e dinâmicas próprias, abandonando a perspectiva de que a fronteira apenas enfatiza o conflito e a violência.

As complexas e variadas relações que se desenvolvem em tal espaço tem sido analisadas a partir da ótica social que compreende um extenso leque de manifestações, tais como as relações intra e interétnicas, os processos de mestiçagem, de etno-gênese, os intercâmbios econômicos e culturais entre outros.⁷

Assim, acreditamos que trabalhar com este espaço fronteiriço platino permite a compreensão da dimensão das transformações dos Estados nacionais e apresenta-se como uma maneira de abordar o espaço a partir dos fenômenos econômicos, sociais e políticos que se produzem em longa duração, para além da linha limítrofe institucional do Estado-Nação.⁸ É necessário termos este panorama do espaço fronteiriço e suas caracterizações para iniciarmos a análise da Guerra dos Farrapos e de como os farroupilhas utilizaram este espaço.

2. NEGÓCIOS EM MEIO AO CAOS: AS RELAÇÕES COMERCIAIS E POLÍTICAS DOS FARROUPILHAS COM SEUS VIZINHOS PLATINOS DURANTE A GUERRA DOS FARRAPOS (1835-1845).

Não devemos analisar a eclosão da revolta farroupilha fixando nossas considerações apenas ao ano de 1835. A Guerra da Cisplatina (1825-1828) erigiu “a Província Cisplatina em Estado independente, uma espécie de “estado-tampão”

⁷ S. LOPES, Aparecida de; ORTELLI, Sara. *Fronteiras americanas: entre interações e conflitos, séculos XVIII-XX*. Estudos de História, Franca, v. 13, n. 2, p. 13, 2006, p.13.

⁸ ARRIOLA, A. T. *Propuesta de definición histórica para región*. Estudios de Historia Moderna y contemporánea de México, n° 35, enero-junio 2008.

interposto entre o Brasil e as Províncias Unidas”⁹. Além de ter trazido enormes déficit financeiro as economias imperiais, a participação no conflito caiu no desgosto dos oficiais rio-grandenses, pois estes viram na figura do Marquês de Barbacena (então Comandante do Exército do Sul) as razões pela derrota, além da contrariedade em serem relegados ao Marquês em um território que lhes era conhecido.

O descontentamento dos oficiais rio-grandenses se agravaria com o impedimento do transporte de gado platino para a província do Rio Grande do Sul, o que trouxe prejuízos aos latifundiários e charqueadores, que viram muitos de seus rebanhos serem abatidos ou roubados, e muitas de suas propriedades serem invadidas ao longo do conflito cisplatino. Segundo Farinatti, baseando-se em José Pedro Barrán e Benjamín Nahúm¹⁰, os confiscos de gado foram também comuns nos campos orientais anteriormente, e durante a mesma época, por ocasião da Guerra Grande. Devido às dificuldades de aprovisionamento dos exércitos, “as reses dos campos por onde eles passavam” acabavam por ser “os grandes repositórios de alimentos para combatentes”. As requisições tinham como principal alvo as estâncias dos inimigos, mas com a destruição dos rebanhos, as fazendas de partidários também foram utilizadas e as retiradas foram raramente ressarcidas¹¹.

No discurso do Estado Farroupilha observamos que sempre utilizou-se a “exploração” que estes sofriam impostas pelo Império Brasileiro como justificativa para legitimar a revolta. Em 29 de agosto de 1838, em manifesto de Bento Gonçalves e de Domingos José de Almeida, no qual expunham as causas que levaram à revolta, os líderes criticaram a política imperial:

“Exibiam certamente as províncias a quota respectiva, onde incluíamos a nossa para as despesas de guerra; mas o arbítrio nos tirava com violência em gado vacum e cavalari e em exigência de todo mil vezes mais do que cumpria quotizar-nos proporcionalmente [...] não nos pagou o governo Imperial o que se nos tirou a título de compra ou de empréstimo, e muito menos ressarcir as nossas perdas ocasionadas por um estado de coisas de que só ele era culpado¹².”

⁹ FERREIRA, Gabriela. Conflitos no Rio da Prata. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Orgs.). *O Brasil Imperial – Vol. I – 1808-1831*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p.331.

¹⁰ BARRAN, José Pedro; NAHUM, Benjamin. *Historia Rural del Uruguay moderno (1851-1885)*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1967.

¹¹ FARINATTI, Luís A. E. *Confins meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825-1865)*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós- Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007, PP. 191-200.

¹² COLETÂNEA DE DOCUMENTOS DE BENTO GONÇALVES DA SILVA – 1835/1845. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Comissão Executiva do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, Subcomissão de Publicações e Concursos, 1985, p.83.

Os farrapos souberam muito bem tirar proveito do espaço em que estavam inseridos durante os dez anos da República Rio-Grandense, seja para negócios comerciais ou para reforçar seus laços políticos.

Os negociantes farrapos das praças fronteiriças, em geral, efetuavam suas compras em Montevideú onde possuíam suas ligações e crédito aberto, o que nos mostra mais uma vez a integração existente entre uruguaio e rio-grandenses. As mercadorias adquiridas pelos comerciantes apresentavam vantagens de preços e acondicionamento melhores do que as adquiridas nas praças de Rio Grande e de Porto Alegre¹³.

Dentre outros fatores que estimulavam os comerciantes a negociarem com os uruguaio estão fretes e os seguros da mercadoria.

Além dos fretes e seguros mais baratos, de qualquer parte do mundo para Montevideú, devia-se agregar ainda os prejuízos que no litoral rio-grandense resultavam das baldeações, mutilações de volantes, extravios e avarias que representavam capitais imobilizados.¹⁴

César Guazzelli investigou o período da Guerra dos Farrapos sob a perspectiva das intenções hegemônicas do Império do Brasil no Rio da Prata e do processo de formação dos Estados Nacionais nos territórios que pertenceram aos domínios espanhóis na região platina. Na análise, claramente podemos observar as estreitas relações comerciais e políticas e os acordos privados mantidos entre os rio-grandenses e seus vizinhos. O autor destacou a importância fundamental dos negociantes de Montevideú para a sobrevivência dos sediciosos farroupilhas na luta contra o Império¹⁵.

Segundo Guazzelli:

Estas amizades entre caudilhos dos lados opostos da fronteira, em função de interesses eventualmente comuns ou de parentesco e compadrios estabelecidos, superam muitas vezes as determinações dos governos aos quais serviam como militares. Era mais fácil ao caudilho compreender o outro caudilho, mesmo que teoricamente um inimigo, do que as aspirações de uma organização política mais elevada [...] Mesmo tendo havido a Guerra da

¹³ SOUZA, Susana Bleil. A fronteira “gaúcha” e a intermediação regional no porto de Montevideú no início do século XX. *RILA. Revista de Integração Latino-Americana*. Universidade Federal de Santa Maria. Volume I. 2º Semestre de 2008.

¹⁴ SOUZA, 2008. p. 161.

¹⁵ GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. O horizonte da província: a República Rio-Grandense e os caudilhos do Rio da Prata (1835-1845), Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 1997 [tese de doutorado]. Guazzelli utilizou como fontes os tratados, as proclamações, leis e medidas administrativas, entre outros documentos, que informavam a respeito das tratativas entre os rebeldes sul-rio-grandenses com seus aliados platinos e as negociações do Império do Brasil com o Estado Oriental e com a Confederação Argentina.

Cisplatina [...] estas alianças se recompuseram e a partir dos anos 30, e dificilmente acontecimentos no Estado Oriental ou no Rio Grande deixavam de fora caudilhos do outro lado da fronteira, o que seria uma característica durante todo o século XIX.¹⁶

Para corroborar as ideias de Guazzelli podemos utilizar os exemplos de Bento Gonçalves e Juan Antonio Lavalleja. Quando em 1830 toma posse como Presidente, da recém independente República Oriental do Uruguai, Fructuoso Rivera, Gonçalves e Lavalleja montam uma estratégia para ludibriar o governo imperial. Para poder continuar auxiliando Lavalleja, dissemina-se pela província o boato de que as manobras militares deste do caudilho uruguaio eram importantes para poder derrubar Rivera e reincorporar a Cisplatina ao Império brasileiro. O Império Brasileiro aderiu à causa proposta por Bento Gonçalves e Lavalleja, e apenas com derrotas militares do líder oriental em 1832, o Império retirou a autorização de auxílio. Denúncias chegadas de Montevideú também fizeram despertar as suspeitas do Império quanto às reais intenções dos compadres da fronteira. Ao mesmo tempo, Bento Gonçalves espalhava boatos de que Rivera planejava revoltar a província e envolvê-la no sistema republicano.¹⁷

Susana Bleil Souza vai ao encontro das obras de Guazzelli e Leitman. Para a autora, são evidentes estas relações entre farroupilhas e seus vizinhos platinos, como por exemplo, na frequente utilização do porto de Montevideú para o escoamento da produção de charque. Segundo Souza, a utilização deste porto se dava por alguns fatores:

Além dos fretes e seguros mais baratos, de qualquer parte do mundo para Montevideú, devia-se agregar ainda os prejuízos que no litoral rio-grandense resultavam das baldeações, mutilações de volantes, extravios e avarias que representavam capitais imobilizados.¹⁸

Ainda sobre as questões envolvendo farroupilhas, Banda Oriental e o porto de Montevideú, Henrique Pinheiro de Vasconcellos afirma que:

Bem conhecidos eram os fatores que atraíam para o porto de Montevideú a produção da fronteira “gaúcha”, em lugar da utilização do porto de seu próprio estado: as charqueadas e frigoríficos da fronteira levavam menor tempo em fazer chegar a sua produção a Montevideú do que ao porto de Rio Grande e, além do frete ferroviário ser menor, os impostos e gastos suplementares que oneravam as exportações pelo porto gaúcho eram

¹⁶ GUAZZELLI. Op. cit. p. 140.

¹⁷ LEITMAN, Spencer Lewis. *Raízes sócio-econômicas da Guerra dos Farrapos: um capítulo da história do Brasil no século XIX*, Rio de Janeiro: Graal, 1979.

¹⁸ SOUZA, op. cit. 2008, p. 161.

evitados. Além disso, o volume e abundância de cargas maiores no porto de Montevideú tornavam os seus fretes marítimos mais baratos do que os do porto de Rio Grande¹⁹

A relação envolvendo o Estado Farroupilha e seus vizinhos do Prata ia além da utilização dos portos. Segundo Guazzelli, os castelhanos forneciam os cavalos e petrechos de guerra para as frentes de batalha farroupilhas, o que viabilizava as condições necessárias para a continuidade do conflito. Esta relação aproximada pode ser vista nas palavras de Domingos José de Almeida em correspondência enviada a Bento Gonçalves, Comandante Superior da Guarda Nacional:

A brigada de Neto foi reforçada com 130 homens vindos do Estado Oriental ao mando do Tenente Bernardino Gomes, trazendo 800 cavalos gordos. Na participação desta reunião se acrescente que Paulino Fontoura passou Uruguai com 300 e tantos homens entrerianos e correntinos: foi ordem para reunir-se também a Neto.²⁰

Jonas Vargas²¹ nos trás outro exemplo destas conexões observando que alguns charqueadores nos meses iniciais da revolta Farroupilha, com medo de terem seus negócios prejudicados, migraram para Montevideú levando seus escravos e capitais, vindo a erguer outros saladeros no país vizinho. É interessante notar que essa migração foi facilitada pelo fato destes charqueadores pertencerem a uma rede de mercadores com conexões na Banda Oriental.

Possuir terras no espaço rio-grandense e no espaço da Banda Oriental, além de demonstrar riqueza e status, servia também como estratégia: salvaguardar gado na estância de um dos lados enquanto no outro lado aconteciam distúrbios (por exemplo, Guerra Grande ou Guerra dos Farrapos) e os estancieiros locais que dispunham dessa possibilidade protegiam seu gado dos saques das tropas inimigas levando os para suas estâncias no Estado Oriental, além de possibilitar a movimentação do gado de acordo com a situação econômica mais favorável de um lado ou outro para seu negócio²². Um exemplo pode ser visto nas figuras de Bento Gonçalves e Bento Manuel, futuros chefes da rebelião, possuíam estâncias nos dois lados da fronteira, facilitando as coisas para si

¹⁹ VASCONCELOS, H.P. *Uruguay-Brasil. Comercio e Navegação 1851- 1927*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1929, V.1, p. 277.

²⁰ Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, vol. 2, CV-203, pp. 176-181.

²¹ VARGAS, Jonas. *Pelas margens do Atlântico: Um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas, Rio Grande do Sul (século XIX)*. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013, p.98.

²² FARINATTI, op. cit. 2007.

próprios e para os demais estancieiros²³. Domingos José de Almeida também possuía propriedades em Montevideú, e soube bem aproveitar-se disto em momentos críticos vividos na província, como se pode ver pelo extrato de correspondência datado de 25 de maio de 1838 abaixo:

Manda falar a Torquato para levar a Montevideú todos os nossos escravos constantes da lista junta, caso não precises de algum ou alguns deles, porque então deixarás ficar os que te forem necessários; e pela carreta manda vir de Montevideú sal, farinha, arroz, açúcar, vinho, vinagre e tudo mais para ti e nossos filhos.²⁴

A situação de fronteira era um elemento imprescindível nessa estratégia, principalmente tratando-se de um período bélico, quando a linha divisória era manejada pelos diferentes atores sociais de acordo com os contextos dados. Muitos proprietários da Banda Oriental também possuíam propriedades em território rio-grandense. Segundo Márcia Volkmer²⁵, muitos saladeristas uruguaios atravessaram o limite político territorial e estabeleceram charqueadas na região da fronteira no lado rio-grandense, correspondendo a necessidades conjunturais.

3. CONCLUSÃO:

Procuramos no desenvolver desta pesquisa trabalharmos com a Guerra dos Farrapos (1835-1845), a partir do viés das relações existentes entre os farrapos e seus vizinhos platinos. Entendermos a revolta como uma das variáveis do processo de construção dos Estados Nacionais inseridos no espaço Fronteiriço Platino, ressaltando alguns dos principais líderes deste conflito, foi/é fundamental para esta análise.

Observamos, ainda que e forma resumida neste trabalho, que as relações entre farroupilhas e seus vizinhos platinos sempre foi dinâmica, mesmo antes da década ao qual esteve de pé a República Rio-Grandense. Relações comerciais, políticas e militares

²³ FREITAS, Décio. Farrapos: uma rebelião federalista. In: DACANAL, José Hildebrando (org.). *A revolução farroupilha: história e interpretação*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985, p. 116.

²⁴ Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, vol. 2, CV-209, pp.184-185.

²⁵ VOLKMER, Márcia S. *“Onde começa ou termina o território pátrio”: os estrategistas da fronteira – empresários uruguaios, política e a indústria do charque no extremo oeste do Rio Grande do Sul (Quaraí, 1893-1928)*. Dissertação de mestrado em História, Universidade do Rio dos Sinos - UNISINOS, São Leopoldo, RS, 2007.

faziam parte deste contexto do século XIX, muito por conta do fato de os Estados Nacionais estarem em formação e ainda não possuírem suas fronteiras bem definidas.

Longe de nos oferecer análises esgotadas as bibliografias e documentos utilizados para a realização deste trabalho nos apresentam que o conhecimento histórico carece ainda de estudar e analisar o as relações existentes pelos homens que viviam neste espaço antes, durante e depois do período revolucionário farroupilha.

Para finalizar podemos dizer que realizar uma pesquisa histórica é como tentar montar um grande quebra-cabeça, onde através da pesquisa vai se desvendando e descobrindo as peças de um jogo e tentando encaixá-las.

4. REFERÊNCIAS:

ARRIOLA, A. T. **Propuesta de definición histórica para región.** Estudios de Historia Moderna y contemporánea de México, nº 35, enero-junio 2008.

BARRAN, José Pedro; NAHUM, Benjamin. **Historia Rural del Uruguay moderno (1851-1885).** Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1967.

FARINATTI, Luís A. E. **Confins meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825-1865).** Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós- Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

FERREIRA, Gabriela. Conflitos no Rio da Prata. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Orgs.). **O Brasil Imperial – Vol. I – 1808-1831.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

FREGA, Ana (Org.). **Historia Regional y Independencia del Uruguay: Proceso históricos y revisión crítica de sus relatos.** Uruguay: Ed. Banda Oriental. 2009.

FREITAS, Décio. Farrapos: uma rebelião federalista. In: DACANAL, José Hildebrando (org.). **A revolução farroupilha: história e interpretação.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. **O horizonte da província: a República Rio-Grandense e os caudilhos do Rio da Prata (1835-1845)**. [tese de doutorado]. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 1997.

LEITMAN, Spencer Lewis. **Raízes sócio-econômicas da Guerra dos Farrapos: um capítulo da história do Brasil no século XIX**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

PADRÓS, Enrique Serra. **Fronteira e integração fronteiriça: elementos para uma abordagem conceitual**. *Humanas, Porto Alegre*, v. 17, n. 1/2, p. 68-70, jan./dez. 1994

S. LOPES, Aparecida de; ORTELLI, Sara. **Fronteiras americanas: entre interações e conflitos, séculos XVIII-XX**. *Estudos de História, Franca*, v. 13, n. 2, p. 13, 2006.

SOUZA, Susana Bleil. A fronteira do sul: trocas e núcleos urbanos: uma aproximação histórica. In: **Fronteiras no MERCOSUL**. Porto Alegre: UFRGS, 1994.

_____. A fronteira “gaúcha” e a intermediação regional no porto de Montevideu no início do século XX. **RILA. Revista de Integração Latino-Americana**. Universidade Federal de Santa Maria. Volume I. 2º Semestre de 2008.

VARGAS, Jonas. **Pelas margens do Atlântico: Um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas, Rio Grande do Sul (século XIX)**. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013, p.98.

VASCONCELOS, H.P. **Uruguay-Brasil. Comercio e Navegação 1851- 1927**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1929, V.1, p. 277.

VOLKMER, Márcia S. **“Onde começa ou termina o território pátrio”: os estrategistas da fronteira – empresários uruguaios, política e a indústria do charque no extremo oeste do Rio Grande do Sul (Quaraí, 1893-1928)**. Dissertação de mestrado em História, Universidade do Rio dos Sinos - UNISINOS, São Leopoldo, RS, 2007.

4.1. FONTES PRIMÁRIAS PUBLICADAS

ANAIS DO ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL, (AAHRS – Coleção Varela), 17 volumes. Porto Alegre: Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

COLETÂNEA DE DOCUMENTOS DE BENTO GONÇALVES DA SILVA – 1835/1845. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Comissão Executiva do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, Subcomissão de Publicações e Concursos, 1985.